



UM RELATO SOBRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS ÁREAS VERDES E PARQUES URBANOS

A report on the historical evolution of green areas and urban parks

Lauren Maso¹; Angélica Kohls Schwanz²

Resumo: O trabalho tem o objetivo de evidenciar o surgimento e desenvolvimento das áreas verdes e parques urbanos, contextualizando o processo histórico em âmbito mundial, com destaque para as questões sociais que envolvem o tema e posteriormente o contexto brasileiro, com espaços desenvolvidos conseqüentemente a partir do desenvolvimento urbano e social. A pesquisa é de caráter bibliográfico, primeiramente apresenta uma revisão de literatura acerca do tema, discutindo a evolução das áreas verdes e primeiros parques urbanos do Brasil, bem como as relações sociais que prevaleciam no espaço de tempo em discussão.

Palavras-chave: Áreas verdes. Parques Urbanos. Processo Histórico. Desenvolvimento.

Abstract: The work aims to highlight the emergence and development of green areas and urban parks, contextualizing the historical process worldwide, highlighting the social issues surrounding the theme and later the Brazilian context, with spaces developed consequently from the development. urban and social. The research is of bibliographic character, firstly it presents a literature review about the subject, discussing the evolution of the green areas and first urban parks of Brazil, as well as the social relations that prevailed in the space of time under discussion.

Keywords: Green areas. Urban parks. Historical process. Development.

1 INTRODUÇÃO

O espaço aberto é parte indissociável da cidade, compreendendo o espaço urbano e público. Sua transformação ao longo da história acompanhou a evolução do desenvolvimento urbano e as necessidades sociais. Ruas, praças e parques demonstram a evolução urbana e a apropriação da cidade pelo cidadão. A integração e interação entre a população e esses espaços, ditam as relações sociais e são meios de garantir a qualidade de vida e lazer.

¹ Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: laurenmaso@yahoo.com.br

² Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: aschwanz@unicruz.edu.br



Entretanto, com o crescimento das cidades, as áreas verdes foram gradativamente diminuindo nas áreas urbanizadas e ainda, a insalubridade e falta de higienização crescendo devido a Revolução Industrial (SILVA, 2017).

Segundo Gores (2017), o Brasil nas últimas décadas do século XX, especificamente em 1960, passou por um processo de urbanização que culminou em uma intensa migração das áreas rurais em direção às cidades, fator que tem sua raiz nos anos de 1930. Com isso, o processo de industrialização se estabeleceu no Brasil, sendo reflexo direto da Segunda Revolução Industrial ou como consequência da necessidade de atender diferentes mercados internacionais. Em um contexto associado à mecanização do campo e à concentração fundiária, acontecimentos que se apresentaram no mesmo período, a migração do campo para a cidade se tornou necessária para se prosperar. Os espaços urbanos começavam assim, a atrair mais pessoas com expectativa de qualidade de vida melhores e diferentes opções de trabalho e áreas de lazer, pois a partir da década de 1950, vivia-se o pós Segunda Guerra Mundial, marcado por conflitos ideológicos nas diferentes sociedades, quando se passou a buscar novas realidades para se sobreviver.

No Brasil, a valorização do espaço urbano, aconteceu a partir do processo de industrialização, promovido principalmente pelos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Foi ainda em torno do primeiro cinquentenário do século passado que diferentes cidadãos foram atraídos para os espaços urbanos, diante do atrativo desenvolvimento industrial e seus benefícios. Neste contexto, as décadas de (1960/1970/1980) consolidaram o grande crescimento urbano no Brasil, configurando o uso estratégico do espaço urbano (GORES, 2017).

Assim, determinados espaços públicos tornaram-se meios de conforto, qualidade de vida e desenvolvimento urbano, pois assumiam a responsabilidade pelo bem estar social e público. Com esta breve contextualização, a pesquisa irá se estruturar a partir da compreensão histórica, social e urbana, mundial e brasileira, que expressa o desenvolvimento das áreas verdes e parques urbanos, até chegar ao panorama atual.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Trabalho de Curso I do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta. Para a elaboração da pesquisa



buscou-se embasamento teórico através de uma pesquisa de caráter bibliográfico e exploratório em periódicos e dissertações específicas ao tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Parque Urbano: Panorama Mundial

Os parques urbanos tiveram origem na Inglaterra no final do século XVIII e surgiram da necessidade de atender a população com áreas adequadas ao lazer, pois essa era diretamente atingida pelos problemas de insalubridade e higienização em função do crescimento desordenado nas cidades causado pela Revolução Industrial. A enorme densidade populacional estava disposta em cidades desorganizadas, que mesclava bairros habitacionais com áreas industriais em meio a obras de ferrovias, o que causava poluição do ar e condições precárias de higiene. Assim, a ideia dominante naquela época, do “homem como centro de tudo” diminuiu a partir de filosofias que tem como visão a relação da natureza com a sociedade (SILVA, 2017).

a cidade era o berço da poluição, do ar e sonora, e dos maus costumes, e o campo passou a ser um local desejado, uma vez que possuía ar fresco e tranquilidade. Por isso, há o surgimento da valorização do campo e das áreas verdes no urbano [...] (SILVA, 2003, p. 45, apud SILVA, 2017).

Diante disso, os parques urbanos nasceram da necessidade de atender uma demanda social, o lazer. Desenvolvendo-se a partir do século XIX e como produto da cidade da era industrial. Sua evolução acompanhou as mudanças urbanísticas, evidenciando as características sociais e culturais das populações, tratando-se de um espaço livre, público, estruturado dedicado a massa urbana. As cidades necessitavam desses espaços, em geral com áreas reduzidas devido à escassez e ao alto custo da terra. Os espaços atendiam às necessidades de lazer e cultura e não somente à contemplação, característica comum aos primeiros parques públicos (MACEDO; SAKATA, 2010).

O desejo de implantação de parques públicos foi influenciado pela urbanização no Brasil, que trouxe a população a residir em cidades e para garantir a qualidade de vida, um dos meios são os espaços verdes, as áreas de convívio e lazer.

Quanto à dimensão de um parque não existe um consenso, como também quanto ao grau de isolamento em relação ao entorno e à quantidade de equipamentos. Define-se como parque o espaço de uso público para recreação, qualquer que seja seu tipo (MACEDO; SAKATA, 2010).



No Brasil

Os parques urbanos no Brasil não surgiram da urgência social de atender as massas urbanas da metrópole do século XIX, pois o país não possuía uma rede urbana expressiva, nenhuma de nossas cidades tinha porte similar às grandes cidades europeias da época, tanto em se tratando de população como de área, enquanto que na Europa era uma necessidade considerando sua expansão urbana. As cidades brasileiras expandiram-se com vazios urbanos e assim o parque era considerado desnecessário para o lazer, já que se considerava o país rico em recursos naturais e portanto, já oferecia espaços de lazer. Esses vazios urbanos foram por anos as áreas de lazer formais, geralmente várzeas de rios que recortavam as cidades do país. Mas as elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação almejavam uma figura urbana compatível com o que se vivia na Europa (MACEDO; SAKATA, 2010)

Segundo Scocuglia (2009 apud HALLAL; MÜLLER, 2018) o país ainda não possuía uma rede urbana expressiva e o sistema de parques funcionava como uma extensão do cenário das elites que apenas “repetiam” os modelos internacionais, ingleses e franceses. No entanto, no início do século XIX, o Brasil foi marcado por uma organização em sua estrutura, principalmente a partir da vinda da família real portuguesa em 1808.

Algumas cidades como Rio de Janeiro e Salvador, que durante os três séculos anteriores não passavam de aglomerações, pois eram apenas entrepostos entre a Metrópole portuguesa e a Colônia, atingiram um processo de modernização nas suas áreas centrais e circunvizinhas, passando a ser centros de irradiação de vida para as novas camadas dirigentes que se organizavam, o que mais tarde aconteceu também com São Paulo, Belém e Porto Alegre.

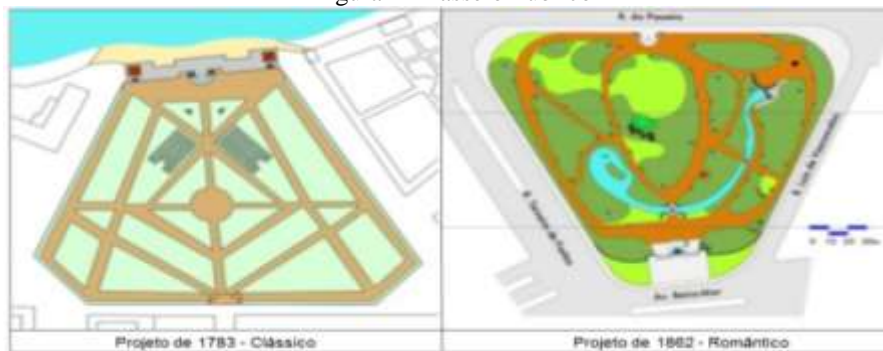
O Rio de Janeiro passava pelas mais rápidas e importantes transformações urbanas, pois como capital o que antes era exercido em Lisboa agora é incorporado pelo Rio, que em 1822, com a Proclamação de Independência, tornou-se uma capital rica em recursos, com investimentos vindos de todo o país.

Durante todo o século, com a vinda do telégrafo, telefone, palacetes, correios, serviços bancários, ministérios, faculdades, embaixadas e sede de novas corporações, o Rio de Janeiro desenvolveu-se no processo de urbanização nacional, assumindo a vanguarda. Assim os três primeiros parques públicos com características morfológicas e funcionais conhecidos hoje foram criados, o Campo de Santana, o Passeio Público e o Jardim Botânico (MACEDO; SAKATA, 2010).



O Passeio Público, como se observa na Figura 1, criado em 1783 é o mais antigo parque urbano do Brasil, foi construído em área alagadiça e segue um traçado geométrico, com inspiração no jardim clássico francês. Subsistiu como espaço público até a reforma de 1862, já no Segundo Império, foi totalmente modificado em sua estrutura paisagística, virando um espaço “moderno”, com caminhos orgânicos bem diferentes do traçado original, neoclássico, geométrico e acadêmico (MACEDO; SAKATA, 2010).

Figura 1 - Passeio Público



Fonte: Urbe carioca, 2016, editado pela autora.

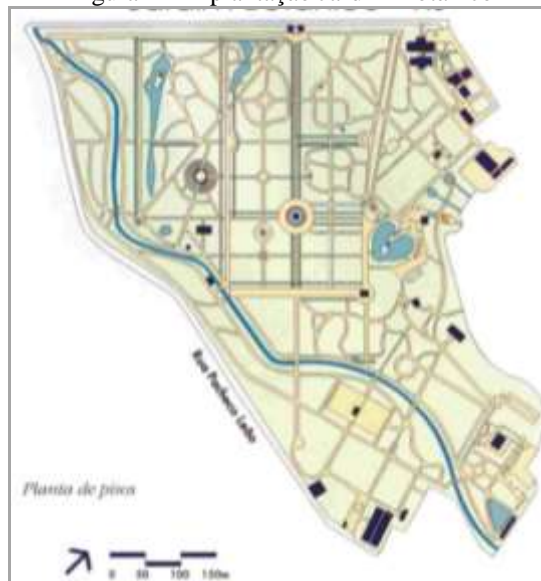
O Campo de Santana foi o primeiro parque público do Segundo Império. O parque segue o padrão projetual anglo-francês de Auguste François Marie Glazou, com teor romântico, o qual concebeu os parques e jardins modernos de Paris, capital cultural e mundial da época (MACEDO; SAKATA, 2010).

Os parques nesse período eram projetados para contemplação, um cenário concebido com espécies nativas, europeias ou vindas da Ásia e África. Os espaços eram idealizados de modo a criar uma paisagem alheia à realidade do entorno.

Quanto à forma, coexistiu a influência clássica e geométrica, uma concepção baseada em parcelamentos geométricos, com eixos ortogonais que se dirigiam a um ponto focal. No Rio de Janeiro, o Jardim Botânico, de acordo com a Figura 2, apresenta eixos clássicos com traçado romântico (MACEDO; SAKATA, 2010).



Figura 2 - Implantação Jardim Botânico



Fonte: Parques Urbanos no Brasil, 2010.

O Jardim Botânico de São Paulo, denominado posteriormente Parque da Luz, Figura 3, transformou-se em parque público em 1825, sendo adaptado a essa função. Seus eixos clássicos conversam com os caminhos curvos com princípios românticos e a vegetação de mata tropical mistura-se com espécies europeias.

Figura 3 - Implantação Parque da Luz



Fonte: Parques Urbanos no Brasil, 2010.

Apesar destas iniciativas percebe-se que os parques no Brasil do século XIX eram totalmente alheios às necessidades sociais, não passavam de um elemento importado, pois a



massa urbana não o frequentava, a essa parte da população restavam terreiros, várzeas, apenas à elite esses espaços eram destinados.

A hierarquia social que se vivia nessa época ditava o comportamento da sociedade, o país em formação era uma reprodução dos padrões anglo-franceses, tendência que se aplicava no vestuário, arquitetura, música, teatro, literatura e na formação das instituições públicas da época. Como afirma Carvalho (2009 apud HALLAL; MÜLLER, 2018) o sentimento de apreciação da natureza pode ser considerado uma sensibilidade burguesa, pois é essa parcela da população que dispõe de tempo e recursos para cultivar os novos hábitos de convívio e admiração da natureza.

Segundo Gores (2017), o lugar Parque, em alguns casos privado, é entendido na realidade brasileira como contemporâneo, presente no cenário urbano a partir do século XIX e começo do século XX, atendia principalmente, às grandes cidades do Brasil e sua elite e se tratava de um lugar arborizado e amplo, modernizando o conceito de lugar público na atualidade.

Século XX

No início do século XX o Rio de Janeiro era uma das capitais mundiais em consequência da modernização porque passava e que se espalhava pelos principais centros do país. A consolidação de uma nova forma de urbanismo se inicia, sendo que a antiga estrutura colonial deu origem às ruas, prédios, novos padrões de produção, de vida e cultura. O parque se tornou uma necessidade social somente a partir da segunda metade do século, com a diminuição ou desaparecimento das áreas de lazer das massas menos privilegiadas (MACEDO; SAKATA, 2010).

Segundo Melo (2013 apud HALLAL; MÜLLER, 2018) os parques urbanos representam a iniciativa de construção de espaços com a presença de natureza na cidade, seus jardins remetem à tentativa de resgatar o paraíso perdido, tanto os jardins públicos quanto os privados proporcionam a contemplação, o descanso e o contato com a natureza. Os parques urbanos representam assim, um fragmento de natureza no meio urbano e a prática de lazer nas cidades.

O período republicano foi responsável por expressiva transformação urbana que modificou áreas inteiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, a partir da preocupação com a salubridade, criando espaços dotados de infraestrutura necessária à vida moderna das elites, expulsando os antigos moradores para lugares sem infraestrutura, como áreas de morro. De



1889 a 1920, surgiram novos parques, que posteriormente, com a mudança de comportamento da sociedade alterou esses espaços no decorrer dos anos, passando por requalificações e sendo remodelados para atividades esportivas, pontos de encontro com quiosques, restaurantes e áreas menos ajardinadas. O tratamento dado qualifica e transforma em áreas de qualidade e vitalidade para o convívio (MACEDO; SAKATA, 2010).

Parque moderno

Com o crescimento urbano no século XX, a maior parte da população brasileira nos anos 90 já se encontrava em núcleos urbanos. O número de habitantes nas cidades era significativo e a metropolização um fato no Rio de Janeiro, em São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Salvador.

Na primeira metade do século os parques construídos estavam nas grandes cidades e em áreas centrais e bairros de elite, mais tarde ganharam novas funções, o que lhe atribuiu novos adjetivos (MACEDO; SAKATA, 2010).

O parque moderno, cujo programa combina a contemplação, o lazer e outras funções, veio a ser consolidado na década de 70 em resposta às carências da população no que se refere à falta de equipamentos e espaços públicos. Na sequência, a afirmação do movimento ecológico, também em áreas urbanas, motivou a partir da década de 80 o surgimento do parque ecológico como fundamento para proposta de requalificação e conservação de unidades de conservação ou áreas urbanas de interesse histórico-cultural. Depois disso o parque urbano continuou a se transformar, com programa mais complexo para atender as necessidades de múltiplos usos; o desenho mais livre e desprendido de qualquer importância de estilo; o uso por parte da população aliado à preocupação de cidadania na qual a preservação ambiental se apresenta como fator importante; e o surgimento de atividades comerciais ou culturais como feiras e eventos artísticos. É como se o parque urbano contemporâneo tivesse assumindo o lugar de importância da antiga praça medieval (SILVEIRA, 2013).

Foi somente no final dos anos 60 que a figura dos parques públicos se disseminou pelas cidades brasileiras, com investimentos públicos, parques para todos e não mais somente para elite. Municípios usaram a criação de áreas verdes públicas para seu marketing, e após quase quarenta anos foi construída uma série de parques em Curitiba e São Paulo, localidades favorecidas pela administração centralizada.



Em São Paulo, com a intenção de valorizar o espaço público urbano foi criado o Depave – Departamento de Parques e Áreas Verdes – no qual jovens arquitetos projetaram espaços como Parque.

Em Curitiba, desde 1966 foi desenvolvido um sistema público de investimentos em transporte, equipamentos e áreas verdes que se manteve nas gestões seguintes. Em cada gestão um parque público foi inaugurado seguindo uma linha projetual. Áreas de bosque dentro da área urbana foram transformadas em parques. Curitiba seguia uma linha para democratizar o lazer, ampliando as áreas verdes e parques, todos os possíveis pontos de encontro de seus habitantes, onde se estimulam padrões compatíveis com o meio ambiente equilibrado e essencial à qualidade de vida (MENEZES, 1996).

O parque moderno, consolidado nos anos 70 compreendia um programa contemplativo, recreativo e com soluções espaciais. Na década de 1980 o conceito de parque ecológico foi introduzido no país, paralelo à formação de órgãos públicos chamados “ambientais” ou “do verde”. Surgiram assim, secretarias ou departamentos que passaram a gerenciar projetos de parques e praças para revitalização e conservação das várzeas que restavam intactas. A preocupação de conservação da várzea proporcionou a criação de uma série de projetos pelo país que seguiam a linha ecológica.

Assim, o conceito de organismo é aplicado ao meio urbano, pois a cidade estaria sujeita a disfunções da mesma forma que um organismo vivo e seriam necessárias intervenções no processo de ordenamento e uso do solo para garantir seu funcionamento, sendo que cada zona da cidade deveria estar em equilíbrio para desempenhar suas atribuições e garantir o funcionamento adequado (MENEZES, 1996).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, o parque urbano torna-se um elemento comum no final do século XIX e início do XX, pois as principais capitais dispõem de parques e passeios públicos. As áreas verdes e parques passam a representar espaços de desenvolvimento e integração, que, ao longo do tempo exemplificam a reformulação das características sociais, uma disputa por espaços de lazer em meio ao crescimento urbano.

As transformações estruturais da cidade determinaram o surgimento dessas áreas livres necessárias aos cidadãos, mesmo essas áreas não alcançando a totalidade da sociedade, já que o acesso a esse tipo de lazer era condicionado à classe social e localidade de implantação. A



urbanização desses espaços, com conceitos diferenciados ao longo dos anos representou as modificações sociais e urbanas das cidades.

O espaço dos parques urbanos pode garantir a oferta de melhoria da qualidade de vida da população, pois representa o desenvolvimento, ao remodelar grandes áreas, servir como espaço de sociabilidade e auxiliar na integração social, mesmo as desigualdades normatizando quem frequentava esses espaços ao longo do seu desenvolvimento, o que com o passar dos anos gradativamente tem evoluído e esses espaços se tornando mais democráticos.

REFERÊNCIAS

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: A Experiência de Curitiba**. 3. ed. São Paulo: Editora Papirus, 1996.

GORES, Jardel. **Lugares de Memória em Disputa: Uma análise a partir das praças e parques em Rio do Sul – SC / Brasil**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade) - Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, 2017.

SILVA, Jonatas Satlher Sigismundo da. **Parque Urbano como elemento de integração cultural e de entreterimento**. 2017. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ, ES, 2017.

SILVEIRA, John. Parque Urbano: Sustentabilidade e um Processo de Construção Social. **CAU/GO - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás**, Goiás, 24 jun. 2013. Disponível em: < <https://www.caugo.gov.br/artigo-parque-urbano-sustentabilidade-e-um-processo-de-construcao-social/>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

HALLAL, Dalila Rosa; MÜLLER Dalila. Parque Pelotense: Um espaço de lazer em Pelotas/RS. **Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos/ABET**, Juiz de Fora, v.8, n.1, p. 84 - 97, Jan./Abr./2018.